



**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO**

**SPECIAL EDUCATION IN THE INCLUSIVE PERSPECTIVE: STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER**

**LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN LA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA**

Ueudison Alves Guimarães<sup>1</sup>, Evelyn de Queiroz Souza<sup>2</sup>, Ivaney Vieira Pondó<sup>3</sup>

e391941

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.1941>

PUBLICADO: 09/2022

**RESUMO**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um transtorno invasivo do desenvolvimento, que se manifesta antes dos três anos. O TEA é uma temática que vem crescendo em pesquisas devido sua recorrência, bem como complexidade junto das escolas. A importância do tema abordado centra-se no entendimento do processo da inclusão do aluno com TEA na escola regular da rede pública, pois o ensino inclusivo é um direito adquirido e também o dever de toda sociedade. Sendo assim, o presente artigo, trata da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com foco nos alunos com TEA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtorno do Espectro Autista. Educação Inclusiva. Educação especial.

**ABSTRACT**

*Autism Spectrum Disorder (ASD) is considered a pervasive developmental disorder, which manifests before the age of three. TEA is a topic that has been growing in research due to its recurrence as well as complexity with schools. The importance of the topic addressed focuses on the understanding of the process of inclusion of the student with ASD in the regular school of the public network, since inclusive education is an acquired right and also the duty of the whole society. Therefore, this article deals with Special Education from the perspective of Inclusive Education, focusing on students with ASD.*

**KEYWORDS:** *Autism Spectrum Disorder. Inclusive education. Special education.*

**RESUMEN**

*El Trastorno del Espectro Autista (TEA) se considera un trastorno invasivo del desarrollo que se manifiesta antes de los tres años de edad. El TEA es un tema que ha ido creciendo en la investigación debido a su recurrencia y complejidad en las escuelas. La importancia de este tema se centra en comprender el proceso de inclusión de los alumnos con TEA en las escuelas públicas regulares, ya que la educación inclusiva es un derecho adquirido y también un deber de toda la sociedad. Así pues, este artículo aborda la Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva, centrándose en los alumnos con TEA.*

**PALABRAS CLAVE:** *Trastorno del espectro autista. Educación inclusiva. Educación especial.*

<sup>1</sup> Pedagogia – Universidade Luterana do Brasil – (ULBRA), Química – Faculdade Cidade João Pinheiro – (FCJP), Matemática – Centro Universitário Claretiano - (CLARETIANO), Geografia – Faculdade Mozarteum de São Paulo – (FAMOSP) e Física – Centro Universitário Faveni – (UNIFAVENI); Especialista em Gênero e Diversidade na Escola – (UFMT), Educação das Relações Étnico-Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos – (UFMT), Metodologia do Ensino em Química – (FIJ-RJ), Libras e Educação Inclusiva – (IFMT) e Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – (IFES); Mestrando em Educação: Especialização em Formação de Professores – Universidad Europea del Atlántico - Espanha (UNEA), Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University) e Mestrando Nacional Profissional em Ensino de Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia e mestranda em Educação - Formação dos Professores pela Universidad Europea del Atlántico - Espanha.

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia e mestranda em Educação - Formação de Professores pela UNINI - Porto Rico.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudson Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivaneý Vieira Pondé

### 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um instrumento legal e teórico sobre a inclusão de sujeitos com necessidades especiais não foi um caminho fácil, e muito menos está assegurado neste momento histórico marcado por discursos e práticas de ódio, intolerância e distanciado outro. Com o avanço da Educação Inclusiva, esses sujeitos podem ter acesso à escola regular, dentre eles os que se estabelecem dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, como é o caso dos Transtornos do Espectro Autista. Independentemente dos avanços alcançados, o desafio da inclusão permanece para educadores, educandos e sociedade em geral (GONÇALVES, 2011; LIMA, 2019).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um transtorno invasivo do desenvolvimento, que se manifesta antes dos três anos. O diagnóstico é atribuído a crianças que apresentam comprometimento qualitativo à integração social recíproca e à comunicação, além do comportamento restrito, estereotipado e repetitivo. O termo surgiu do campo da Psiquiatria (LIMA, 2019).

TEA é uma nomenclatura que contempla um espectro de manifestações, não havendo uma pessoa com TEA igual a outra. Este termo requer um conhecimento mais específico que esclareça sobre o conceito, as características e dificuldades/possibilidades encontradas na pessoa com esse transtorno. As características da pessoa com TEA não podem ser motivos de desistência nos aspectos pessoal, educacional e profissional (SANTOS *et al.*, 2017).

Os primeiros passos a serem tomados são: conhecer, acompanhar e buscar cada vez mais por melhores condições para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. O TEA não se concentra nas dificuldades, mas na ampliação de novos olhares, novas possibilidades de conhecimento, na compreensão do sujeito, enquanto ser social, buscando perspectivas de evolução (SANTOS *et al.*, 2017).

Atualmente o autismo tem sido muito estudado, mas ainda continua com suas causas desconhecidas. De fato o autismo é um transtorno extremamente complexo, há estudos atuais que analisam a possibilidade do mesmo ser causado por uma anormalidade no cérebro ou uma origem que poder ser genética, contudo, até o presente momento nenhuma dessas hipóteses foram confirmadas (LIMA, 2019).

A respeito da Educação, o presente artigo, trata da educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com foco nos alunos com TEA. Portanto, este estudo fez um breve percurso sobre o conceito de autismo, além de um breve relato da Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial.

O TEA é uma temática que vem crescendo em pesquisas devido sua recorrência bem como complexidade junto das escolas. A importância do tema abordado centra-se no entendimento do processo da inclusão do aluno com TEA na escola regular da rede pública, pois o ensino inclusivo é um direito adquirido e também o dever de toda sociedade.

Portanto, foi adotada a pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas através de meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos,



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudison Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivanev Vieira Pondé

teses e dissertações.

### 2. DESENVOLVIMENTO

#### 2.1 Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial – um breve relato

Os alunos com necessidades especiais passaram por diferentes fases no processo de escolarização, por exemplo, desde a exclusão, ao manter o estudante fora do sistema escolar, com a segregação, os estudantes foram encaminhados para instituições especializadas (BUENO, 1991).

A Educação Especial no Brasil foi sendo constituída legalmente como um anexo do sistema de ensino regular, com o paradigma da integração, os estudantes entravam nas escolas regulares, porém deveriam se adaptar à realidade dela, não havendo sua real participação naquele contexto. Atualmente, entretanto, as mudanças legais contemplam a Educação Especial como etapa integrante da educação, permeando todos os níveis de ensino.

Com os avanços no campo científico e das experiências de atendimento à pessoa com necessidades especiais, o paradigma da inclusão surge com o principal intuito de garantir além da “[...] matrícula na classe comum, [o] respeito à diversidade por meio da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais, visando à garantia de condições para a participação na plena cidadania” (RODRIGUES *et al.*, 2014).

A concepção sobre pessoa com deficiência, na primeira metade do século XX, na Europa, estava fortemente ligada à corrente inatista, onde as pessoas eram consideradas deficientes por causas fundamentalmente orgânicas, que permaneceriam por toda vida e sem perspectiva de modificações. Os estudos estavam voltados à categorização de todos os distúrbios que pudessem ser detectados e quantificados (MARCHESI; MARTIN, 1995).

Com base nesses estudos foram disseminados diversos testes de inteligência, que identificavam os níveis de atraso mental, e a necessidade de atuação especial, fora do ensino regular, dando início às escolas especiais, com objetivo de atender esta demanda diagnosticada.

A partir dos anos de 40 e 50, segundo Marchesi e Martin (1995), no campo da psicologia dominavam as concepções ambientalistas e condutistas, que tinham como foco questionar a origem constitucional e a incurabilidade da deficiência, embora ainda fossem priorizados os testes de inteligência, já se considerava a influência social e cultural como causas de um funcionamento intelectual deficitário. Começou-se a utilizar o estímulo como possibilidade de intervenção, demonstrando uma pequena evolução em relação ao critério de incurabilidade da deficiência.

No final da década de 50, com a promulgação de uma lei para regulamentar a Educação Especial, teve início na Europa o movimento integração. Essa lei priorizava a criação de condições de vida, nos padrões normais, para as pessoas consideradas portadoras de deficiências de acordo com a sociedade à qual pertencessem (GARCIA, 1998).

O Movimento pelos Direitos Humanos surgiu em resposta à guerra, referindo-se também aos portadores de deficiência, com a proposta de reintegração, que consistia na idéia de que o



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudson Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivaneý Vieira Pondé

problema da deficiência era algo inerente à pessoa que a possuía e que seria necessário reabilitá-la para que se tornasse apta a reintegrar a sociedade.

Os alunos portadores de deficiências passaram a ser “preparados” para integrar no Ensino Regular. A Escola Especial preparava o aluno para ser aceito na Escola Regular quando estivesse “apto”, não interferindo prática pedagógica tradicional, o aluno deveria se adequar a escola.

A partir da década de 80, houve um movimento em muitas partes do mundo, onde as pessoas portadores de deficiência começaram a exigir que suas necessidades especiais fossem motivo de mudanças na sociedade. Surgiu, então, o modelo social da deficiência, originando o conceito de inclusão.

A inclusão traz a responsabilidade para a sociedade como um todo, junto pessoas com deficiência incluídas, independente das limitações e necessidades do sujeito. Em se tratando mais especificamente da área da educação, em âmbito mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi a responsável por afirmar “o direito à educação para todos e, a partir dela, originaram-se vários encaminhamentos no sentido de promover a educação, ainda que de forma pouco enfática.”

O compromisso do direito à educação, firmado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi renovado no ano de 1990, em Jontiem, Tailândia, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, resultando em propostas para garantir esse direito a todos. Posteriormente, em 1994, reuniram-se em Salamanca, Espanha, representantes de noventa e dois governos e de vinte e cinco organizações internacionais com o objetivo de promover a Educação para Todos, sobretudo às pessoas com necessidades educacionais especiais, no sistema regular de ensino.

A Conferência aprovou a Declaração de Salamanca, de princípios, política e prática das necessidades educativas especiais, e uma Linha de Ação, cujo objetivo é orientar organizações e governos em relação à temática. A Declaração de Salamanca impulsiona um avanço significativo na proposta de escolarização de crianças com necessidades educativas especiais, priorizando o atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais em Escola Regular, se houver necessidade o aluno poderá frequentar também a Escola Especial, devido às suas necessidades específicas. Este documento afirma que:

“Apelamos a todos os governos e os instamos a adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário” (p. 10).

No Brasil o marco inicial se dá em 1988, com a Constituição Federal, no artigo 208, que estabelece atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda, no âmbito nacional, outras legislações apresentam elementos que abordam diretamente inclusão escolar, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que assegura a adaptação nos currículos,



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudison Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivanev Vieira Pondé

métodos, recursos e organização, com a finalidade de atender às necessidades dos estudantes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) que reafirma o disposto na constituinte quanto à obrigatoriedade da matrícula no ensino regular, para crianças com idade a partir da Pré Escola.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001, 2014) que estabelece as diretrizes e metas para os próximos dez anos, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Em relação à Educação Especial, o Plano salienta que o conhecimento da realidade brasileira é bastante precário, pela falta de estatísticas completas sobre o número de pessoas com necessidades especiais e sobre o atendimento a elas oferecido. E o Decreto das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2003) que implanta o programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujo objetivo é:

“[...] a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares.” (BRASIL, 2005, p. 9).

Já o Ministério da Educação, com a Secretaria de Educação Especial, elaborou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituídas pela Resolução n.º 02/2001 (de 11 de setembro de 2001), da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que estabelece, em seu Artigo 2º, que: “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001, p. 68).

### 2.2 Transtorno do Espectro Autista

Atualmente o autismo é conhecido como transtorno do espectro autista (TEA) e é definido como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico, dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da criança (LOPEZ *et al.*, 2014; PINTO *et al.*, 2016). Se caracteriza como sendo um transtorno do neurodesenvolvimento no qual há prejuízos na comunicação, na interação social e também comportamental.

É fato que procedimentos relativos ao diagnóstico e assistência de pessoas com TEA são bastante complexos, havendo muitos casos de TEA que acabam não sendo identificados, assim, acabam por não receberem um tratamento especializado. O TEA pode se revelar nos primeiros meses de vida ou também se apresentar depois do período inicial do desenvolvimento aparentemente “normal”, sendo seguido por regressão do desenvolvimento – isso pode ocorrer em média até 30% de casos diagnosticados (PINTO *et al.*, 2016).

A etiologia da doença até hoje é desconhecida, porém existe uma designação atual de classificá-la como uma síndrome de origem multicausal envolvendo fatores genéticos, neurológicos e sociais da criança (VOLKMAR *et al.*, 2014; PINTO *et al.*, 2016). De um modo geral o TEA não possui



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudison Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivanev Vieira Pondé

uma etiologia definida, portanto, também não possui uma “cura”, pois não é uma doença. Muitas vezes, além de um tratamento medicamentoso, é imprescindível uma abordagem multidisciplinar em processos de reabilitação abordando os aspectos motores, funcionais e os ocupacionais, levando a uma contribuição de melhoria do indivíduo nas três principais linhas que são a comunicação, a interação socialecomportamento.

O transtorno do espectro autista é subdividido pelo DSM-IV (Associação Americana de Psiquiatria, APA, 2002) em cinco categorias diagnósticas: Transtorno Autista, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra Especificação, sendo o Transtorno Autista o quadro prototípico desta categoria (ANDRADE; TEODORO, 2012).

De acordo com os últimos dados estatísticos sobre TEA a prevalência mundial do TEA seja em torno 70 casos para cada 10.000 habitantes, sendo quatro vezes mais frequente em meninos (VOLKMAR *et al.*, 2014).

No Brasil, nos últimos dados publicados foi constatado que os índices de acometimento pelo autismo são de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes (LEVENSON, 2015). As alterações nos critérios de diagnósticos, maior conhecimento dos pais e sociedade acerca da ocorrência e manifestações clínicas e o desenvolvimento de serviços especializados em TEA, são consideradas possíveis razões para a elevação da prevalência desta síndrome (VOLKMAR *et al.*, 2014).

O diagnóstico precoce diz respeito ao reconhecimento da sintomatologia que a criança manifesta (VOLKMAR *et al.*, 2014; PINTO *et al.*, 2016). As características do TEA, podem favorecer o isolamento da criança, empobrecendo, ainda mais, suas habilidades comunicativas, ao que a literatura é unânime em indicar diagnóstico e intervenção precoces (BRASIL, 2013).

Geralmente, as famílias são as primeiras a observar as alterações no desenvolvimento da criança. Famílias que tem crianças com esse transtorno muitas vezes demonstram um alto nível de preocupação no que diz respeito ao bem-estar de seus filhos, incluindo o período e condições nas quais permanecerão assistidos. Assim sendo, a família é um agente muito importante no tratamento e no suporte, sendo uma essencial parte integrante no tratamento. É de extrema importância o acompanhamento de pais e de cuidadores de pessoas com TEA, mostrando alguns fatores que podem vir a interferir na qualidade de vida (PINTO *et al.*, 2016).

No âmbito escolar em geral, incluir alunos com deficiência na escola é um grande desafio para a política educacional. No caso de alunos autistas, as dificuldades de comunicação e interação somam-se com as barreiras já existentes para o acolhimento de diferentes alunos no contexto escolar (LIMA; LAPLANE, 2016).

A escola se constitui como um recurso fundamental para enriquecer as experiências sociais das crianças com TEA, oportunizando a interação entre pares e contribuindo para o desenvolvimento de novas aprendizagens e comportamentos, além de que a legislação brasileira determina que todas as crianças devem ter acesso à escola comum, incluindo sujeitos com TEA (NUNES *et al.*, 2013).

Apesar de ser um tema com inúmeras pesquisas, a perspectiva em relação as condições



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudson Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivanev Vieira Pondé

escolares, principalmente quanto à possibilidade das escolas oferecerem respostas adequadas às necessidades de crianças com TEA, como apoio pedagógico e materiais didáticos ainda é controverso.

Segundo Passerino *et al.*(2006), crianças com TEA demonstram interesse em manusear e utilizar recursos computacionais (celular, *tablet*, jogos eletrônicos etc.) e recentemente, esses recursos são inseridos cada vez mais nas terapias e processos de ensino e aprendizagem dessas crianças. Essa abordagem mostra-se eficaz no incremento do desenvolvimento de várias habilidades, possibilitando o avanço no aprendizado da criança e potencializando o trabalho do educador em sua prática de ensino (SILVA *et al.*, 2017).

As crianças portadoras de TEA necessitam de estímulos constantes, e esses estímulos precisam fazer parte da zona de interesse deles para que tenha significado. Diante dessa perspectiva, se faz necessário uso de recursos diferenciados em sala de aula(NUNES, 2014).

No trabalho de Pimentel e Fernandes (2014), foi demonstrado que a influência dos professores era, principalmente, relacionada à comunicação e às relações interpessoais e que as dificuldades estavam associadas à aprendizagem, comunicação e comportamento da criança. Nesta mesma pesquisa, se considera que a escola oferece apoio suficiente para seu trabalho, mas que há pouca contribuição de outros profissionais e falta de tecnologia de ensino adequada.

### 2.3 As abordagens educacionais frente alunos com TEA

Após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, aparecem as primeiras diretrizes a respeito da inserção de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Nisso, o termo conhecido como “educação inclusiva” se torna oficial após a publicação de Diretrizes Nacionais na Educação Especial da Educação Básica. Implementado na Política Nacional da Educação Especial no âmbito da Educação Inclusiva de 2008 e Decreto 6.571 de 2008, se propõe uma mudança na maneira de compreender a escola, apostando inclusive no espaço do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deixou de existir apenas como ações de instituições isoladas e acabou por se tornar práticas de caráter complementar e também suplementar ao Ensino Regular destinada aos alunos público da Educação Especial – estando as pessoas com TEA incluídas.

Especificamente a respeito das pessoas com TEA, a Lei 12.764 de 2012 inseriu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, dentre a qual a pessoa com TEA passa a ser considerada legalmente como pessoa com deficiência. Essa lei apresenta diretrizes de maneira coerente às propostas da educação inclusiva, demonstrando que o atendimento a esses indivíduos sejam realizados nas escolas regulares, devendo as comunidades e as equipes escolares ser sensibilizadas e também qualificadas para receber e oferecer um atendimento a essa população pautados na inclusão.

No ano de 2013, o Ministério da Saúde divulgou duas cartilhas institucionais buscando uma direção da atenção às pessoas com TEA no Sistema Único de Saúde (SUS), as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a segunda cartilha, a Linha de



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudson Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivaneý Vieira Pondé

Cuidado de Atenção para Pessoas com TEA e as suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde (ROSA *et al.*, 2019).

Nesse caminho, procurar identificar o que se deve ensinar a um aluno com TEA é fundamental, já que elas na maioria das vezes não se “ajustam” as maneiras habituais de escolarização. Dentre os tipos de intervenção educacional estão ABA, PECS e TEACCH. Uma análise aplicada do comportamento é considerado um tratamento comportamental indutivo, tendo por objetivo o ensino para a criança com habilidades e etapas das quais ela não possui.

Cada uma dessas habilidades são ensinadas, geralmente, de forma individual associada a uma indicação ou uma instrução, procurando conduzir o aluno com TEA a trabalhar de maneira positiva. O método ABA possui uma certa crítica, pois supostamente acaba por robotizar as crianças, uma vez que passa a interferir de maneira precoce afim de promover o desenvolvimento da criança, de uma forma na qual ela possa ser independente o mais cedo possível.

As PECS tem como objetivo auxiliar alunos com TEA a desenvolver capacidades de comunicação. Considerado um método simples e de um baixo custo, quando bem implantado traz resultados satisfatórios na comunicação por meio de cartões aos indivíduos que não falam oralmente. Outro método usado é o TEACCH, é um tratamento e educação para as crianças com TEA por meio de um processo de intervenção muito utilizado no mundo todo, em que é possível destinar espaços organizados e estruturados que contribuam com a aprendizagem e desenvolvimento desses alunos.

A inclusão desses alunos na educação é uma discussão muito relevante no processo de formação de professores, levando em consideração que políticas educacionais dos últimos anos estão cada vez mais direcionadas para o campo do respeito à diversidade humana, da educação de pessoas com deficiência e da escola inclusiva.

Pode-se ter uma compreensão da inclusão educacional como sendo um processo que busca acolher e responder de forma positiva às especificidades dos estudantes, significa respeitar o padrão dos níveis de aprendizagem de cada um, as suas características psicossociais e culturais.

Em escolas inclusivas os alunos com e sem deficiência participam em salas regulares de ensino e onde aprendem juntos através de uma metodologia acessível e de um currículo muitas vezes adaptado ou funcional.

A inclusão implica uma estratégia de mudança da perspectiva educacional, em que as diferenças sociais, as econômicas, as culturais, as físicas e as cognitivas dos estudantes são respeitadas e também valorizadas. No âmbito educacional, esse paradigma incide para a efetivação do direito a todos alunos frequentarem classes regulares de ensino, inclusive de pertencerem a grupos e aprenderem juntos, sem que haja nenhum tipo de segregação ou de discriminação (SILVA; RIBEIRO, 2016).

A escola se caracteriza especificamente aos alunos com TEA como um espaço que permite o desenvolver de áreas muitas vezes comprometidas, pela convivência com outros alunos, da adaptação na área sensorial e através do papel mediador do docente, aplicando diferentes estratégias, possibilitando ao aluno na aquisição de diversas habilidades, aprendizagens e



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudson Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivanev Vieira Pondé

desenvolvimentos. É importante saber como este aluno aprende e também quais práticas pedagógicas que deverão ser utilizadas para auxiliar na aprendizagem. É importante que o docente articule o conhecimento adquirido com situações vivenciadas no contexto escolar, garantindo o direito de todos ao acesso a educação.

A educação inclusiva produz uma transformação da escola através de um novo paradigma que busca problematizar as práticas pedagógicas e os métodos de ensino, considerando especificidades dos alunos. Cabe ao professor reconhecer as especificidades de seus alunos, assim como as suas particularidades individuais, já que interferem no aprendizado e inclusão escolar. Uma formação contínua para docentes é de extrema importância pois contribui para um avanço no processo da escolarização de alunos com TEA (GOMES, 2019).

Vale ressaltar que o grande objetivo na educação escolar se deve ao processo da aprendizagem e não em resultados, pois nem sempre virão de uma forma rápida e como se espera. A escola possuidora de uma sala de recursos ou Atendimento Educacional Especializado tem condições do desenvolvimento de habilidades específicas e necessária aos alunos público-alvo da Educação Especial que, de uma forma lúdica e também agradável, irá proporcionar melhores resultados educacionais (MANTOAN, 2008).

É imprescindível que o professor produza uma boa expectativa relacionada à capacidade dos alunos em progredir e fazendo nunca desistir na busca de meios que possam vir a ajudar a superar os obstáculos. O sucesso dessa aprendizagem está na exploração de capacidades, de atualizar possibilidades, de desenvolver as predisposições naturais em cada aluno. As limitações e dificuldade são reconhecidas, mas não restringe no processo de ensino, como muitas vezes ainda é comum acontecer (CUNHA, 2015).

Contudo, a aprendizagem do aluno com TEA precisa atender habilidades de atenção de maneira conjunta como gestos e também olhares, misturando uma intervenção especializada com estratégias pedagógicas, tornando o ambiente preparado afim de receber esse alunado. É essencial que o docente especializado, junto de uma parceria com o docente de sala regular, constituam um plano pedagógico individualizado de maneira especializada para suprir as necessidades desses alunos.

É evidente a extrema importância de conhecimento dos professores a respeito dos diferentes recursos que possam ser utilizados em sala de aula, afim de os alunos com TEA aproveitarem melhor todos os conteúdos, possam usufruir de uma interação proveitosa e conseguindo assim aprender novos conhecimentos.

Nesse âmbito, é correto afirmar que o treinamento de maneira contínua para o corpo docente tende a ser benéfico, já que o conteúdo de informações disponíveis a respeito da melhor maneira de atuar pedagogicamente diante desses alunos é imprescindível para que os professores possam refletir sobre as suas ações e utilizando a melhor metodologia de ensino e aprendizagem para os alunos (SILVA; BONCOSKI, 2020).



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudson Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivanev Vieira Pondé

### 3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa de natureza exploratória, que consiste em um método de pesquisa da prática baseada em evidências, pois sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinado tema, fundamentando-se em conhecimento científico (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Nessa perspectiva, o processo de elaboração do presente estudo foi realizado entre fevereiro e março de 2022 e apresentou as seguintes fases: (i) definição da pergunta norteadora, estratégia de busca na literatura, identificação dos estudos e coleta de dados; (ii) análise dos estudos incluídos; (iii) discussão dos resultados (iiii) apresentação da revisão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto aqui nesse artigos, foi possível compreender que as medidas para melhorar a inclusão e aprendizagem de alunos com TEA, ainda encontram vários desafios. A capacitação, a formação de professores, e as políticas públicas necessitam de um olhar mais atento diante de sua magnitude.

Para que a criança com autismo seja incluída no contexto escolar é preciso redimensionar o olhar do educador, acreditando nas possibilidades de aprendizagem das mesmas e para que isso ocorra torna-se de extrema importância que o professor enxergue seu aluno com autismo como único, e que tenha o desejo de vê-lo aprender.

Este não é um processo fácil, quando se considera a variedade de características e particularidades que as crianças com esse transtorno apresentam, sendo um grande desafio para quem se preocupa com um ensino de qualidade e que possa atender a todos igualmente. Os *déficits* de desenvolvimento variam desde limitações específicas na aprendizagem, controle das funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência.

Desse modo, é crucial a elaboração e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas apropriadas, e uma educação de qualidade para esse público, pois, nesse percurso, essas questões fazem toda a diferença na vida do aluno.

Mais estudos são necessários para compreender o processo de inclusão desses alunos no contexto escolar diante da Educação Especial, pois ainda existem muitas lacunas nesse processo.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aline Abreu e; TEODORO, Maycoln Leão Martins. Família e autismo: uma revisão da literatura. **Contextos Clínic.**, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 133-142, dez. 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1983-34822012000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-34822012000200008). Acesso em: 10 fev. 2022.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (DSM IV). Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. 880 p.



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudison Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivanev Vieira Pondé

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.** Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva.** Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação: **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** MEC/SEESP, 2001.

BUENO, José. **Educação Especial Brasileira:** a Integração/segregação do aluno diferente. Dissertação (Mestrado) – PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

CUNHA, A. E. **Práticas Pedagógicas para inclusão e diversidade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Interações voltadas à cidadania e à filantropia na escolarização de sujeitos que apresentam sequelas motoras.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

GOMES, A. K. F. S. R. A sala de recursos multifuncionais e a escolarização de um aluno com TEA. **Revista Caparaó**, Dorcas do Rio Preto, ES, v. 1, n. 1, p. e4, 2019.

GONÇALVES, M. E. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2011.

LEVENSON, D. Autism in siblings often caused by different faulty genes, study says. **Am J Med Genet A**, v. 167, n. 5, p. 5-14, 2015.

LIMA, I. L. S. **A contribuição da ética da psicanálise para educação de alunos com autismo.** Dissertação (Mestrado) - Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação (EAPS), Brasília, 2019.

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. Escolarização de Alunos com Autismo. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 2, p. 269-284, june. 2016.

LOPEZ-PISON, J.; GARCIA-JIMENEZ, M. C.; MONGE-GALINDO, L.; LAFUENTE-HIDALGO, M.; PEREZ-DELGADO, R.; GARCIA-OGUIZA, A. *et al.* Our experience with a etiological diagnosis of global developmental delay and intellectual disability: 2006- 2010. **Neurologia**, v. 29, n. 7, p. 402-7, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARCHESI, A.; ECHEITA, G.; MARTÍN, E. A avaliação da integração. *In*: PALACIOS, J.; COLL. C. ; MARCHESI, A. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 557-



## RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO  
Ueudison Alves Guimarães, Evelyn de Queiroz Souza, Ivaneý Vieira Pondé

572, 2013.

PIMENTEL, A. G. L.; FERNANDES, F. D. M.; A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiol Commun Res.**, v. 19, n. 2, p. 171-8, 2014.

PINTO, R. N. M. *et al.* Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Rev Gaúcha Enferm.**, v. 37, n. 3, set., 2016.

RODRIGUES, O. M. P. R. *et al.* Fundamentos históricos da Educação Especial e Inclusiva: reflexos sobre diversidade. In: RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L.M. F.; SANTOS, D. A. N. (Org.) **Diversidade e Cultura Inclusiva**, São Paulo: Unesp, 2014.

ROSA, F. D.; MATSUKURA, T. S.; SQUASSONI, C. E. Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 2, 2019.

SANTOS, Regina Kelly *et al.* Transtorno do espectro do autismo (tea): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **RevistaIncludere**, v. 3, n. 1, 2017.

SILVA, A. M. O.; RIBEIRO, D. M. Abordagens das práticas educacionais da criança com autismo: um estudo das pesquisas acadêmicas na área. In: Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas, 6., 2016, Pau dos Ferros, RN. **Anais eletrônicos [...]** CampinaGrande: Realize Eventos Científicos & Editora, 2016.

SILVA, E. R. O Ensino Híbrido no Contexto das Escolas Públicas Brasileiras: Contribuições e Desafios. **Revista Porto das Letras**, v. 03, n. 01, 2017.

SILVA, F. B.; BONCOSKI, I. F. M. O processo de aprendizagem do aluno com TEA. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 66303-66313, 2020.

SOUZA, M. T. D.; SILVA, M. D. D.; CARVALHO, R. D. Integrative review: what is it?How to do it?. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

VOLKMAR F. R.; MCPARTLAND, J. C. From Kanner to DSM-5: autism as an evolving diagnostic concept. **Annu Rev Clin Psychol.**, v. 10, p. 193-212, 2014.